



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 212

AMAZÔNIA: GOVERNANÇA, SEGURANÇA E DEFESA

Durbens Martins Nascimento

Belém, Dezembro de 2007

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Alex Bolonha Fiúza de Mello

Vice-reitor

Regina Fátima Feio Barroso

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Edna Maria Ramos de Castro

Diretor Adjunto

Thomas Hurtienne

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Luis Aragon

Francisco de Assis Costa

Oriana Almeida

Rosa Acevedo Marin

Sector de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 212

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

AMAZÔNIA: GOVERNANÇA, SEGURANÇA E DEFESA

Durbens Martins Nascimento

Resumo:

Este artigo examina os desdobramentos geopolíticos para a Amazônia brasileira tendo como pano de fundo a Política de Defesa Nacional (PDN) que concebe a região como estratégica do ponto de vista da prioridade de defesa do Brasil. O enfoque escolhido baseia-se no conceito de governança aplicado à especificidade temática dos arranjos institucionais que incluem as questões relativas à presença militar na Amazônia no combate ao narcotráfico e ao contrabando por meio das Forças Armadas e da Polícia Federal. Busca-se dar conta seguintes questões: qual é, de fato, o alcance da ameaça sobre a Amazônia brasileira? Quais têm sido as iniciativas da academia com relação à contribuição para a defesa e a segurança da região? As prerrogativas contidas na Constituição de 1988 devem ser respeitadas. As FFAA não estão preparadas para intervir densamente na repressão a conflitos dessa natureza de forma extensiva, porém, devem patrocinar ações preventivas na fronteira política e outras territorialidades assim que estiverem ameaçadas as garantias individuais e coletivas dos cidadãos brasileiros e, implicitamente, seus pressupostos político-institucionais, motivadas pelo aumento e intensificação das “novas ameaças”.

Palavras-chaves: Amazônia. Governança. Segurança. Defesa. Forças Armadas.

As pessoas estão descobrindo identidades novas, e no entanto antigas, e desfilando sob bandeiras novas, mas freqüentemente antigas, que conduzem a guerras contra inimigos novos, mas freqüentemente antigos (Samuel HUNTINGTON, 1997, p. 18).

INTRODUÇÃO

A epígrafe acima expressa o sentido político-cultural e militar da nossa época. E conduz ao tema deste capítulo: a segurança e a defesa na presente quadra histórica.

O enfoque escolhido baseia-se na governança. O Brasil que ocupa o quinto lugar em extensão territorial no mundo, com uma população de 182 milhões de habitantes, possui um parque industrial diversificado e complexo e ocupa o 14º no ranking mundial dentre as maiores economias do mundo e é considerado um país continental. Na Política Externa do Governo Lula, o Brasil tem diante de si, com efeito, uma responsabilidade estratégica no mundo, pode e deve ser capaz de influir nos acontecimentos globais.

Com efeito, o estudo se circunscreve à Amazônia brasileira. Pensa-se a Amazônia nos seus desdobramentos geopolíticos porque é a região do Brasil considerada estratégica e para a qual se dirige a Doutrina Gama¹, bem como prioritária para a Política de Defesa Nacional (PDN) e cujas fronteiras são consensualmente consideradas bastante vulneráveis (CARDOSO, 1996).

A opção deve-se, primeiramente, porque a PDN introduz uma abordagem dos conceitos na qual fica demonstrada a especificidade de cada um deles, o que não era perceptível em outras formulações do tempo dos ministérios militares (Exército, Marinha e Aeronáutica). Em segundo lugar, é fato que se procura elevar o tom do debate sobre a intervenção das Forças Armadas (FFAA) em assuntos que anteriormente eram tidos como exclusivos da segurança nacional, dentre os quais se destacam o combate ao narcotráfico, ao contrabando e ao crime organizado.

Busca-se refletir, nesta perspectiva, sobre as possíveis conseqüências para a Amazônia brasileira em particular, a inclusão das “novas ameaças” pelos Estados Unidos da América (EUA) na agenda mundial como um problema para segurança e defesa das nações e dos povos, isto é, a expansão do terrorismo, o avanço da narcoguerrilha, o aumento do contrabando, a ampliação das atividades do

¹ Conhecida também como estratégia da lassidão ou usura, trata-se de um conjunto de diretrizes nascidas em 1994, em Brasília, no Comando de Operações Terrestres, do Exército, que “previa o enfrentamento de um ‘poder militar incontestavelmente superior’ por meio da estratégia da resistência” que seria implementada no Comando Militar da Amazônia (CMA) (MARTINS FILHO, 2006, p. 16). Esta estratégia é implementada na região.

narcotráfico, o risco da crise ambiental, o fundamentalismo islâmico e o crescimento das migrações ilegais. Os termos “expansão”, “avanço”, etc., talvez desnecessários, indicam, no entanto, que os problemas contidos na chamadas “novas ameaças”, com exceção da crise ecológica, e que aparecem em parte da literatura² como surgindo com o recente movimento global de internacionalização da economia, existiam no passado em escala regional e global, ainda que constringidos pela armadura da disputa entre as duas superpotências – EUA e URSS. Sem embargo, suspeitando ou não da idéia das “ameaças”, creio que as questões que dela fazem parte são também problemas da sociedade brasileira. Particularmente, a Amazônia está no epicentro do debate.

Qual é, de fato, o alcance da ameaça sobre a Amazônia brasileira? Quais têm sido as iniciativas da academia com relação à contribuição para a defesa e a segurança da região? Fora do horizonte de uma resposta definitiva sobre essas questões que estão sendo amadurecidas ao longo da pesquisa, enumera-se aqui, porém, as razões e os motivos por meio dos quais torna-se necessário ações conjuntas das FFAA com a Polícia Federal no combate aos ilícitos na Amazônia, sem, entretanto, haver mudanças constitucionais que facultem a intervenção militar em problemas na órbita da segurança e da defesa. Atentar para o fato de que as universidades, os centros de pesquisa e outras instituições dessa natureza estão desenvolvendo importantes projetos que ajudam na formação de um pensamento político-estratégico sobre a região e contribuem para a tomada de posição quanto à necessidade do fortalecimento dos instrumentos e dos mecanismos de defesa na Amazônia.

Por outro lado, desconhece-se algum autor que pense essas questões no quadro da articulação dos conceitos de governança, defesa e segurança aplicados a questões sócio-históricas e político-ambientais da Amazônia como um desafio interpretativo. Trabalhos, mesmo com conotação política, abordam o problema aqui delimitado, sem nenhum demérito à suas qualidades, pelo ângulo da geopolítica oriunda da geografia (BECKER, 1999, 2001, 2004 e 2005).

Organizou-se o trabalho em seções, uma Introdução e a Conclusão. A primeira seção objetiva organizar articulada e teoricamente os conceitos de governança, defesa e segurança; a segunda seção aborda a questão da inclusão da problemática amazônica no roteiro de pesquisa das redes e dos consórcios interinstitucionais ligados a ambiciosos programas de fomento nacionais e internacionais, revelando a importância dessas ações para a defesa e a segurança do país. A terceira traz algumas indagações sobre os problemas existentes na região quanto à questão das ameaças à soberania brasileira; e a última seção analisa a situação da defesa e do Programa Calha Norte (PCN) com relação aos gastos com a defesa.

I – GOVERNANÇA, DEFESA E SEGURANÇA

O objetivo desta seção é discutir os conceitos de governança, defesa e segurança indo ao encontro dos elementos emergidos com as mudanças sociais e políticas operadas no mundo pelo menos há duas décadas.

² Cf. MEAD (2006).

A governança é um termo de amplas acepções e de aplicabilidade em diversos campos do saber: “governança corporativa” (GRÜN, 2003), “governança organizacional” (FONTES FILHO, 2003), “governança global” (PIERIK, 2003), “governança sem governo” (ROSENAU, 2000) e “governança eletrônica” (RUEDIGER, 2002), “governança operacional” (BRESSER-PEREIRA, 2004), é aplicada no sentido que agrega os avanços conceituais necessários ao famoso texto *Governance and development*, do Banco Mundial (WORLD BANK, 1992). O conceito não se restringe, portanto, aos aspectos meramente administrativos e operacionais na gestão e na busca do Estado eficiente.

Governança se refere a arranjos institucionais que permitem dotar as instituições estatais de mecanismos que garantam a inclusão de dimensões sociais e políticas, a definição e caracterização dos agentes e atores, aceitos (não a mera convergência de interesses que possam ser consensuados) para a participação não só na formulação, mas que indiquem os mecanismos institucionais e *modus* do processo de implementação de políticas estatais e as demais condições necessárias para a otimização dos resultados pretendidos com as políticas estatais levando em conta os princípios consagrados e publicamente conhecidos, dentre os quais a *accountability*.

A segurança deve ser reconsiderada (FIALHO, 2004). A mudança conceitual liga-se efetivamente à conjuntura política emergida com as transformações sociais operadas no seio da sociedade em âmbito mundial nas últimas três décadas. De uma concepção de segurança restrita aos aspectos políticos e militares, sua ampliação abrange hoje um leque de outros ramos. Economia, política, ambiente e cultura; Estado, sociedade e indivíduo são elementos constituintes que justificam a nova acepção. As “novas ameaças” revelariam situações nas quais a cidadania, de alguma forma, não pode ser exercida plenamente, conjuntura que afetaria o exercício dos direitos individuais e coletivos.

Desse modo, a segurança não é limitada exclusivamente ao poder estatal, inclui os aspectos social, ambiental, econômico, além da esfera militar e política.

No que toca ao conceito de defesa, Alsina Jr (2006, p. 31) defendendo o caráter mais restrito ao setor militar, ainda que se interpenetre com o de segurança, sustenta que “defesa estará relacionada ao preparo e emprego dos meios humanos e materiais para a dissuasão ou derrota de ameaça que venha a se tornar concreta”. Diz-se, portanto, que defesa refere-se às ações de cunho militar patrocinadas pelo Estado para fins de garantia da integridade territorial, da soberania do país e da defesa das instituições.

Contudo, pensar a Amazônia num cenário geográfico distante da guerra entre EUA e o Iraque e de quaisquer conflitos pela demarcação de suas fronteiras, desde o século XIX, quando Rui Barbosa resolveu diplomaticamente com seus vizinhos, parece extemporâneo, desse ângulo analisar o Brasil do ponto de vista da guerra³. Contudo, esta impressão aparentemente verdadeira em razão da relativa estabilidade no continente sul-americano no que se refere a conflitos interestatais, não deve obscurecer a importância da dimensão militar para o Brasil na atual conjuntura internacional. Nada mais

³ Simplesmente não há espaço para abordar o problema da guerra neste capítulo. Por isso, remeto ao (à) leitor (a) a consulta a uma literatura básica sobre a Teoria da Guerra: SUN-TZU II (1997, p. 18-58); MAQUIAVEL

equivocado do que imaginar que as FFAA deveriam ser descaracterizadas com o objetivo de cumprir atribuições delegadas por organismos internacionais, que outorgariam o combate ao narcotráfico e ao contrabando exclusivamente a essas forças convencionais e a intervenção armada para dirimir conflitos em escala global delegada às forças da Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo.

II - A AMAZÔNIA NA AGENDA ACADÊMICA DA DEFESA E DA SEGURANÇA

Nesta centúria a Amazônia, com seus 4,2 milhões de km² de zona equatorial, está na agenda mundial do debate sobre a preservação/conservação de sua biodiversidade. A sobrevivência das florestas é assunto em quase todo o mundo. Seus problemas têm ocupado um lugar de destaque no roteiro de pesquisadores, cientistas, escritores e jornalistas. Investigam-se processos, eventos históricos, tradições, mecanismos, relações e estruturas, a partir das mais variadas áreas de conhecimento e campos disciplinares, bem como dos diversificados interesses acadêmicos e comerciais e pelo ângulo multi e interdisciplinar.

Redes de pesquisadores multidisciplinares, consórcios interinstitucionais de ensino e pesquisa são e foram formados, financiados tanto por agências de fomentos nacionais quanto estrangeiras, públicas e/ou privadas. Por instituições governamentais e não-governamentais, cujos programas científicos visam estimular a pesquisa na base da cooperação e da parceria, numa cruzada sem precedentes com o objetivo de propor soluções para a crise socioambiental através do modelo do desenvolvimento sustentável, garantir a soberania brasileira sobre seu território, sobretudo com a finalidade de projetar cenários sombrios – como o que sugere o meteorologista britânico Peter Cox, que prevê o desaparecimento da Floresta Amazônica em 2050, a continuar no mesmo ritmo o aquecimento global⁴ de acordo com os supercomputadores do Hadley Center, do Reino Unido; também, segundo os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que estimam o ano de 2.100 com 40% a 50% da floresta Amazônia atual transformada em savanas, típicas do cerrado do centro-oeste brasileiro; ou otimistas acerca do futuro da Amazônia - como no caso de Benchimol (2000) e do documento da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia)⁵ e de Becker (2001). Enfim, PP-G7 (Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras), Problem (Programa Brasileiro de Ecologia Molecular da Biodiversidade Amazônica), PRÓ-DEFESA, Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), são apenas alguns dos exemplos conectivos para incentivar/estimular a pesquisa e a busca do conhecimento da e na região.

Ao mesmo tempo, estão se desenvolvendo algumas iniciativas, apesar de não se configurarem especificamente ações da defesa, são exemplos da ação estatal que rebate no controle de atividades

(2004, p. 101-134); HOBBS (1993, p. 49-67); KLAUSEWITZ (1979, cap. I); ARON (1979, caps. I, II e VI); LIDER (1987); BOBBIO (2003, p. 49-135); e HUNTINGTON (1997).

⁴ Previsão feita na 2ª Conferência do LBA (Experimento em Grande Escala da Biosfera-Atmosfera da Amazônia), realizada em Manaus, entre os dias 7 e 10 de julho de 2002.

concebidas como ameaça à segurança nacional, tais como o PCN, a PDN e o Sivam – que deixou de existir desde março de 2005, após a conclusão da implantação dos equipamentos de controle por radar – e o Sipam, subordinado à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), da Presidência da República.

Além dessas iniciativas de políticas públicas produzidas e implementadas na região, soma-se o aumento dos investimentos em ciência e tecnologia, essencial para montar uma rede de proteção que passa também pelo conhecimento enquanto vetor estratégico para a defesa do Brasil e, conseqüentemente, dissuadir intentos de movimentos políticos interessados em alguma forma de extração do controle brasileiro sobre a parte que nos cabe desse latifúndio, para lembrar o poeta.

Na esteira dessa romaria relativamente são poucas as reflexões científicas na e fora da região, sobre o enquadramento geopolítico da Amazônia; a segurança e a defesa cujos conceitos vêm sofrendo alterações ao longo das últimas décadas; a governança; a fronteira política; e o papel da ciência e da tecnologia na defesa e proteção de suas fronteiras⁶.

O estado-da-arte sobre esse tema foge do propósito perseguido aqui⁷, porém, tem havido uma produção relevante pelo ângulo da Geopolítica, onde se destacam os trabalhos de Becker (1990; 1999; 2005) e, ao mesmo tempo, constata-se especificamente sobre a defesa e segurança, a coletânea de Castro (2006); e notadamente a referência sobre o PCN e o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), Nascimento (2005 e 2006) e Lourenção (2003), respectivamente. E, por fim, embora não esgote o tratamento ao conjunto da literatura, Silva (2003) que situa a Amazônia no contexto da governança global.

Simultaneamente, na área de Ciências Humanas, a escolha do tema História: Guerra e Paz para o XXIII Simpósio Nacional de História, promovido pela Associação Nacional de História (ANPUH) em julho de 2005, em Londrina (PR) e o retorno - no XXIX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), realizado em outubro do mesmo ano - do Grupo de Trabalho Forças Armadas, Estado e Sociedade, que não se reunia desde 1996, fortalece a idéia da expansão da área de estudo. Dentre ações de governo na área acadêmica, além do PRÓ-DEFESA, outra iniciativa importante recente para o desenvolvimento de estudos sobre defesa foi o início do funcionamento, em setembro de 2004, do Comitê Temático de Defesa do CNPq (CT-DE),

⁵ Trata-se do documento **Cenários Sociais para a Amazônia Legal - 2000/2010**. Trabalho elaborado pela equipe de pesquisadores da SUDAM, no âmbito do Projeto BRA/96/025 – Acordo SUDAM/PNUD e Acordo de Cooperação Técnica SUDAM/IPEA, 2001. 200 p.

⁶ Compreende-se a indignação moral do Presidente Lula quando criticou duramente os países avançados que gastam fortunas, 900 bilhões de dólares anuais, com a proteção de suas fronteiras e não investem o mesmo com a eliminação da pobreza no mundo, no discurso que fez na abertura da seção plenária do “Segmento de Alto Nível” da 8ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 8), que se realizou em Curitiba –PR, em março de 2006. Contudo, a lógica da proteção das fronteiras num mundo de incertezas a um alto custo financeiro e de amplas possibilidades de conflitos étnicos, religiosos e políticos, indica que estamos mais próximos de Clausewitz do que Madre Teresa de Calcutá. Ver LULA CRÍTICA...**Revista Época**, nº 410, 27/03/2006. Brasil.

⁷ Em Nascimento (2005) realizou-se uma revisão dessa literatura.

cujo primeiro mandato se encerrou em agosto de 2006, o qual já concedera as primeiras bolsas de produtividade de pesquisa nessa área⁸.

III – REFLEXÕES PARA UMA NOVA GEOPOLÍTICA

Com efeito, a Amazônia configura-se como um espaço estratégico brasileiro. A geopolítica brasileira que pensou a construção de Brasília, a alternativa energética nuclear, a reforma agrária, tem doravante a Amazônia como objeto de exame, explorando suas fontes alternativas energéticas e o seu potencial biogenético e mineral. Portanto, torna-se necessário pontuar as formas pelas quais os diferentes agentes, atores sociais e políticos agem no sentido de garantir o controle geopolítico sobre essa vasta região do Brasil. A crítica ao discurso da “cobiça” e da “internacionalização”⁹ sua irmã gêmea, uma versão atualizada para os novos tempos, sobre a Amazônia, não deve ocultar a necessidade do inquérito científico sobre os processos que são estratégicos para a nação brasileira.

É evidente que a geopolítica contemporânea não reduz o cálculo estratégico somente a variáveis tais como população, extensão territorial e recursos naturais. Por exemplo, a biodiversidade, os estoques de água, os novos materiais, a tecnologia de ponta e a informação, são considerados relevantes para a mensuração do poder e da influência no concerto das nações.

Uma outra questão relativa à segurança e defesa da Amazônia consiste no confronto militar na Colômbia. É importante registrar, que carece de plausibilidade, nesta perspectiva, desguarnecer os recursos de defesa da nação por uma avaliação pessimista acerca do recrudescimento do conflito colombiano com a possibilidade real de envolvimento direto (já existe do ponto de vista do fornecimento da tecnologia de guerra à disposição das Forças Armadas da Colômbia, treinamento, assessoria militar, armamento e ajuda financeira) dos EUA na Pan-Amazônia. Nesse sentido, o Plano Colômbia e a Iniciativa Andina, nome dado ao conjunto de medidas criadas pelos norte-americanos em parceria com o governo colombiano, têm o objetivo de reprimir as atividades do narcotráfico e da “narcoguerrilha”. A eficiência dessas ações é questionada tanto nos EUA quanto no resto do mundo.

O Plano Colômbia e a Iniciativa Andina representam essa nova geografia do poder norte-americano na América Latina, “fazem parte das ações consideradas na Estratégia de Segurança do Governo dos Estados Unidos e definem a orientação geopolítica desse governo para a Colômbia e os países considerados na Iniciativa Regional Andina, a saber: o Panamá, a Venezuela, o Peru, a Bolívia e o Brasil” (VARGAS, 2004, p. 47).

⁸ Comunicação de autoria do professor Celso Castro contida na Proposta de Projeto do Observatório de Estudos de Defesa da Amazônia (OBED), este elaborado pelo autor, inspirado no Laboratório de Ciência Política (LACIP) (OBSERVATÓRIO DE ESTUDOS DE DEFESA DA AMAZÔNIA, 2006, p. 08).

⁹ A revista PADECEME da Escola de Comando do Estado-Maior do Exército no seu número 12, do 2º quadrimestre de 2006, traz o sugestivo título “Amazônia: cobiça internacional X vulnerabilidade nacional”. Num dos artigos Paiva (2006, p. 57) propõe-se o seguinte: “A sociedade precisa conhecer risco que envolve não povoar, não desenvolver, não integrar, não defender, não preservar a Amazônia, pois só assim passará a exigir medidas preventivas, contrapondo-se a diversos atores adversos.”

Segundo Vizentini (2003, p. 101) os interesses dos norte-americanos com o Plano Colômbia residem verdadeiramente na demonstração de que estão atentos às tensões no continente provocadas pelo acirramento das disputas políticas na Venezuela, na Bolívia, no Equador, no Panamá, no Brasil além, obviamente, na Colômbia, na última década.

Os problemas colombianos, como as guerrilhas de esquerda, o narcotráfico e os esquadrões da morte de extrema-direita, não eram novos nem sofreram uma intensificação que justificasse tal política. Então, qual o sentido dessa iniciativa? Washington procurava demonstrar aos países da região que estava atento à evolução dos acontecimentos, para apoiar os aliados e coibir os “desviantes” (VIZENTINI, 2003, p. 101).

Todavia, o componente do narcotráfico se evidencia na medida em que os dados oficiais sobre o consumo de cocaína, mostram a cartografia do problema. Segundo informações contidas no Programa das Nações Unidas para a Fiscalização Internacional de Drogas (PNUFID), em 2000, 180 milhões de pessoas consumiram algum tipo de droga ilícita¹⁰. Destes, 14 milhões usaram cocaína. Tendo a Colômbia, a Bolívia e o Peru como grandes produtores da coca e fornecedores para o mercado norte-americano. O governo deste país inseriu na agenda segurança nacional o confronto com os narcotraficantes e narcoguerrilheiros. Ao desenvolver uma estratégia de combate aos agentes localizados em países e regiões do globo produtoras de drogas ilícitas o governo norte-americano mudou sua percepção da segurança nacional. Passando da centralidade adquirida nos anos 70 e 80 da América Central para os Andes, na década seguinte.

Conseqüentemente, começa uma militarização da região andina. Essa militarização revela um desejo antigo dos EUA ampliarem o número de bases militares na região.¹¹ Fazem isso porque em termos absolutos são, de longe, os que mais investem em defesa. São nada menos que US\$ 276,7 bilhões aplicados anualmente tanto internamente, quanto no exterior, com a manutenção de um arsenal convencional de 250.000 militares no mundo inteiro e 7.500 armas nucleares a um custo de 30 bilhões de dólares. Podem fazer isso porque têm o maior PIB do mundo com um pouco mais de US\$ 10 trilhões e precisam manter a supremacia no concerto das nações contemporâneas. Em contraste, a República Popular da China, no tocante à relação PIB/gastos militares é quem lidera o *ranking* mundial no setor.

A China investe anualmente um total, tendo como referência 2002, de US\$ 55,91 bilhões. Esse valor representa 4,3% do PIB, o que é o maior percentual do mundo. A estrutura militar chinesa favorece o balanço do poder na Ásia. Reduz a influência norte-americana nessa região estratégica para o futuro do sistema internacional. “À medida que se tornou mais forte e rica, a China também passou a

¹⁰ Cf. Vargas (2004, p. 45).

¹¹ A instalação de bases militares dos EUA na América do Sul por si só, não expressa o desejo deste país de invadir a Amazônia, a exemplo do que apregoa um certo discurso nacionalista. Porquanto e apesar dos EUA instalarem e manterem bases militares em outros países como a Alemanha e o Japão, esse fato não resultou em ameaça de invasão desses países. É digno de nota que, por outro lado, cabe ao governo brasileiro tomar medidas no sentido de potencializar os riscos dessas iniciativas e avaliar e mensurar o grau de comprometimento da soberania brasileira em caso de um conflito militar.

valorizar mais a sua participação no tipo de sistema internacional que os norte-americanos esperam estabilizar na Ásia” (MEAD, 2006, p. 203).

Enquanto isso, o Brasil investiu em média, 9.651 milhões de dólares, o correspondente anualmente a 1,15% do PIB brasileiro. Só para se ter uma idéia, a média de gastos em relação ao PIB dos países ricos que compõem o G-7 é 2,0%, e o conjunto dos países industrializados aplica 2,2%, apesar de relativamente por região do planeta, o Oriente Médio mais a Turquia, registram um índice superior em relação ao PIB, 6,6%. A América Latina e o Caribe, considerados região para efeito de análise, é a parte que menos gasta com defesa nacional. Vale ressaltar, que de 1985 a 2005, portanto ao longo de duas décadas, pós-regimes autoritários na América Latina e mudanças políticas e sociais no Leste Europeu, os dados revelam que houve uma redução nos gastos militares em todos as regiões e países, com exceção da África. Único continente em que houve aumento dos gastos. É preciso considerar, porém, que não se possui dados confiáveis sobre a dinâmica do setor de defesa a partir dos ataques de 11 de setembro de 2001. Tais informações podem mostrar um aumento dos gastos como consequência da luta contra o terrorismo.

No Brasil, a realização do Ciclo de Estudos Sobre a Amazônia, promovido pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI), da Presidência da República (PR), ocorrido em abril e maio de 2004, com a presença de especialistas brasileiros renomados e atores sociais envolvidos e alguns presentes na região, revela a intenção do Governo Federal na área da defesa nacional com a crise ambiental e a questão da soberania da Amazônia. O objetivo do ciclo de palestras era o de “aprofundar os conhecimentos sobre áreas estratégicas de interesse” do GSI (CICLO, apes., 2004, p. 07). A política que consubstancia essa iniciativa é a de aproximar militares e civis na discussão de temas estratégicos para a defesa do país.

A conclusão do evento foi a de que a defesa e a segurança da Amazônia passam pela articulação de governos e sociedade civil no sentido de fomentar uma estratégia de desenvolvimento sustentável capaz de conceber a diversidade de culturas e mobilizar os recursos tecnológicos e científicos para aprofundar o conhecimento da região, com vistas a propor medidas eficazes de controle dos riscos que se apresentam à soberania brasileira sobre a região. Nesse sentido, o Ciclo apontou, nesse entendimento, para o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) como instrumento alternativo que articula de um lado, ciência e tecnologia, e de outro, desenvolvimento sustentável com o ordenamento territorial conforme prevê a Constituição. Por outro lado, reconheceu-se um número reduzido de unidades federativas que produziram seus ZEE.

Esses eventos ajudam a criar um ambiente favorável ao debate acerca da necessidade de refletir sobre a segurança e a defesa das fronteiras do país, particularmente ao Norte. O Brasil, segundo o Coronel Roberto de Paula Avelino¹², possui mais ou menos, 300.000 homens distribuídos entre as três forças. Mais da metade desse contingente está no Exército que possui aproximadamente um

¹² Entrevista realizada em 04 de dezembro de 2006, na sede do PCN, em Brasília, da qual participou também Aurilene dos Santos Ferreira.

contingente de 190.000¹³. Desses, 30.000 estão hoje na Amazônia, afirma o Coronel. Esses dados revelam que ainda há um forte predomínio da concentração das forças do Exército, não é diferente das outras – Marinha e Aeronáutica -, nas regiões Sul e Sudeste em detrimento da Região Amazônica, considerada pelo Ministério da Defesa, como prioritária para a defesa.

Os dados contidos na Tabela 1, embora sejam aproximações em função de que, como se sabe, informações militares não são totalmente confiáveis, divulgadas em 16 de novembro de 2004 pelo Centro de Estudos Nueva Mayoría, de Buenos Aires e dirigido por Arturo Valenzuela, extraídas do Documento “Balance Militar de America Del Sul”, dão conta que, em primeiro lugar, que o total de efetivos das FFAA do continente, 1.006.500 de membros, representa apenas 80% do total das FFAA dos EUA, ainda sem os *marines*, que constituem uma força à parte. Em segundo lugar, com relação à região, os números revelam que, em Blocos, a vantagem estratégica comercial do Mercosul, resultado da integração do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, não se traduz no contingente militar, com clara vantagem para a Comunidade Andina (CAN). Pode-se argumentar, como hipótese explicativa, que nessa região, se desenvolveram e se desenvolvem os grupos guerrilheiros mais poderosos da América Latina: no Peru o Sendero Luminoso e o Tupac Amarus, e na Colômbia o ELN e as FARC.

Em terceiro lugar, observa-se a liderança do Brasil em todas as categorias. Embora se registre o sucateamento, nas últimas três décadas, da indústria militar nacional e em geral, o abandono da importância das FFAA para a defesa do país, que se revela, em particular, pelos partidos políticos (com raras exceções) e pelo Congresso Nacional¹⁴.

Tabela 1: Efetivos militares das Forças Armadas dos países e blocos da América do Sul para 2004

<i>País/Bloco</i>	<i>Efetivos</i>	<i>Quadros</i>	<i>Tropa</i>	<i>Oficiais</i>	<i>Suboficiais</i>	<i>Exército</i>	<i>Marinha</i>	<i>Força Aérea</i>
Argentina	73.700	54.100	19.600	10.200	43.900	42.500	17.800	13.400
Brasil	314.300	129.800	184.500	33.800	96.000	202.000	53.700	58.600
Uruguai	26.000	10.200	15.300	3.000	7.200	17.400	5.900	2.700
Paraguai	18.500	8.000	10.500	2.600	5.400	13.500	3.500	1.500
MERCOSUL	432.500	202.100	230.400	49.600	152.500	275.400	80.900	76.200
Bolívia	46.100	11.200	34.900	4.500	6.700	34.800	4.800	6.500
Colômbia	213.200	38.700	174.500	9.000	29.700	181.200	22.200	9.800
Equador	58.000	16.300	41.700	3.800	12.500	44.300	7.700	6.000
Peru	113.900	47.500	66.400	9.600	37.900	74.000	23.000	16.900
Venezuela	56.000	21.700	34.300	6.600	15.100	34.000	15.000	7.000
CAN	487.200	135.400	351.800	33.500	101.900	363.800	72.700	46.200
Chile	80.900	43.900	37.000	7.600	36.300	44.100	25.500	11.300
Guiana	1.600	-	-	-	-	1.600	100	100
Guiana Francesa	2.500	-	-	-	-	1.800	400	300
Suriname	1.800	-	-	-	-	1.600	200	200
AMÉRICA DO SUL	1.006.500	381.400	619.200	50.700	250.700	652.400	179.800	134.300

Fonte: Centro de Estudios Nueva Mayoría (2006)

¹³ Não se tem ainda um dado preciso sobre o contingente militar brasileiro, nem tampouco o efetivo total presente hoje na Amazônia. Essa informação do Coronel, por se tratar de um servidor das FFAA brasileiras, acredita-se está mais próximo da realidade. Por exemplo, a Tabela 1 mostra um efetivo de 314.300 para o ano de 2004, dado diferente do que o que ele apresenta.

¹⁴ Ver Marques (2006, p. 69-96).

No Brasil, as FFAA são regidas pela Constituição no seu Artigo II. Em caráter excepcional é preciso considerar a possibilidade da permanência de ações conjuntas e coordenadas com flexibilidade do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Polícia Federal com as FFAA na Amazônia. Desde 2004, essas ações conjuntas vêm se processando com relativo sucesso. Particularmente no caso do Ibama logrou êxito no combate ao desmatamento e contrabando ilegal de madeira no âmbito do Plano de Ação de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal, lançado em 15 de março de 2004.

O Decreto nº 4.412/02 dispõe sobre a atuação das FFAA em terras indígenas, estabelecendo a estas a liberdade de trânsito, acesso, fiscalização e controle, instalação e manutenção de unidades militares e policiais, implantação de programas, projetos de controle e proteção da fronteira (BECKER, 2004, p. 158). Assim, para coibir as atividades dos agentes contrabandistas, narcotraficantes, madeireiros ilegais que extraem de modo ilegal madeira de terras indígenas ou de Unidade de Conservação (UC), torna-se necessário o emprego das FFAA em condições específicas de vulnerabilidade do controle estatal e das probabilidades de evolução das intenções quanto à “soberania compartilhada” devido à envergadura de seus problemas institucionais que dificultam o avanço da presença estatal, sobretudo na fronteira política.

Os traficantes e contrabandistas, de fato, constroem suas próprias redes logísticas para escoar a produção e comercializar seus produtos. São construídas pistas de pouso clandestinas em regiões de difícil acesso, sobretudo para isso compram aviões e carros que transportam a droga nas vias federais, estaduais, assim como usam os meios hidrográficos para completar o sistema montado que viabiliza o fluxo comercial. A rigor, os aeroportos são também usados para essa atividade. Como se vê, além de meios ilegais, aproveitam as redes da legalidade, a fim de escoarem seus ilícitos pelo território nacional, bem como para usá-lo para a exportação para outros mercados, principalmente em direção aos EUA, que são um dos maiores consumidores da droga.

Para reprimir essas atividades e coibir a ação desses atores, não será necessária Emenda Constitucional para alterar o dispositivo que prevê a aplicabilidade das Forças Armadas em ações internas.

Medidas políticas contempladas em Paiva (2006, p. 63) em texto polêmico, podem criar um ambiente mais propício para fortalecer a capacidade do Governo Federal de identificar, propor, aprovar, implementar e sustentar políticas estatais para por fim ao quadro de inércia quanto à solução desses problemas sociais, políticos e ambientais. A lista a seguir indica providências que podem ajudar na diminuição das incertezas relativas ao fortalecimento da defesa da Amazônia:

- “- alcance e conscientização nacionais;
- visão de futuro definida em todos os campos do poder;
- controle das ONG e de outros atores, particularmente estrangeiros, que atuam na região;
- apoio ao Programa Calha Norte;

- ações estratégicas e metas, sucessivas e paulatinas;
- revisão de políticas atualmente em vigor;
- definição de pólos de desenvolvimento e infra-estrutura de apoio, com os incentivos correspondentes;
- focos no desenvolvimento, com preservação ambiental, e na ocupação e vivificação, com proteção às populações indígenas; e
- vontade nacional para enfrentar reações internacionais com altivez e dignidade (choque de civismo e valores)”.

IV - A DEFESA NO BRASIL E O PROGRAMA CALHA NORTE

Em 1997, a criação do Centro para Estudos Hemisféricos de Defesa, objetivando promover intercâmbio entre os EUA e os países interamericanos, o Seminário Segurança Hemisférica no Século XXI, ocorrido em Manaus, em 2000, no âmbito da IV Conferência Ministerial de Defesa das Américas, que concluiu pela intensificação da solidariedade e intercâmbio entre as Américas, mas ressaltando que as diferenças existentes entre as FFAA nacionais, impossibilitaria a formação de um pensamento único acerca da segurança hemisférica, e que, essas diferenças foram diluídas durante a bipolaridade.

E, por fim, três anos depois, em 8.10.2003, com impacto na mídia do continente americano, as FFAA dos EUA e da Argentina, com a participação de observadores do Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia, repousando sob a supervisão dos primeiros, realizaram exercícios nas cidades argentinas de Mendonza e San Luis, tendo como base de apoio dos norte-americanos o aeroporto de El Plumerillon (1.600 km de Buenos Aires). A operação denominada “Exercício Águia III” teve como finalidade desenvolver estratégias conjuntas de combate ao terrorismo.

No Brasil, discursos do Ministro da Defesa bem como dos principais generais comandantes das três armas, além de seminários organizados especialmente na Amazônia¹⁵ indicam que essa situação internacional e a conjuntura política no continente com uma virada de centro-esquerda nas recentes eleições presidenciais no Brasil, na Bolívia, na Venezuela, e no Equador, assim como a expressiva do candidato de esquerda nas eleições presidenciais mexicanas e o acirramento do conflito entre o governo colombiano e a guerrilha, recoloca com incrível atualidade a questão do papel da política de segurança no continente sul-americano em direção à Amazônia, nomeadamente em razão da possibilidade de perda da soberania sobre os recursos minerais, florestais e energéticos, conforme um certo discurso em voga, que não se deve desqualificar *a priori*.¹⁶

¹⁵ Refiro-me ao “III Simpósio Sobre Estratégia da Resistência e Mobilização da Vontade Nacional em Defesa da Amazônia”, realizado no dia 10/05/2002, no CENTUR, Belém-Pará, no qual o autor participou como ouvinte.

¹⁶ Há entre militares brasileiros uma posição nacionalista que exorta as FFAA para uma campanha em defesa da Amazônia contra os interesses dos países ricos nos seus recursos naturais, e que usam ONGs para convencer os índios da necessidade de uma administração independente e autônoma da região. “Diversos grupos de antropólogos, etnólogos, ecologistas e indigenistas, em comunhão com ‘centuriões de Wall Street’, principais articuladores das ONGs, buscam encetar a idéia-força de fragmentação dos Estados. Estes grupos apregoam, cínica e descaradamente, que os atuais Estados devem ser divididos de acordo com rastros raciais e étnicos, de forma a vulnerabilizar a sangria das riquezas nacionais por potências estrangeiras.” CAMBESES JUNIOR, M.

A área da defesa tem merecido o devido cuidado quanto aos investimentos? Qual a posição do país perante seus vizinhos na América do Sul? A análise dessas e de outras questões pode nos dizer como os governantes têm tratado a proteção militar do patrimônio nacional. Esse quadro demonstra a necessidade de uma reflexão sobre a maneira pela qual é distribuído o recurso público no tocante à defesa. Notadamente na América do Sul o Brasil goza de uma situação confortável.

Por um lado, no plano internacional, a Tabela 2 mostra que o Brasil é, ao lado da Colômbia e do Chile, o que mais despense recursos para a defesa na América do Sul. Singularmente, a Colômbia enfrentou e enfrenta conflito militar interno de enorme repercussão internacional, o que não se verifica no caso brasileiro e chileno.

Tabela 2: Gastos com a defesa na América do Sul no ano de 2004

Regiões/países	Gastos militares = milhões US\$	Total/percentual %
Total global	842.717	100
Argentina	1.386	0,16
Brasil	9.651	1,15
Uruguai	212	0,03
Paraguai	54	0,01
Total Mercosul	11.303	1,34
Bolívia	119	0,01
Chile	2.557	0,30
Colômbia	2.840	0,34
Equador	685	0,08
Guiana	5	0,00
Peru	865	0,10
Suriname	8	0,00
Venezuela	1.081	0,13
Total resto da América do Sul	8.160	0,97
Total América do Sul	19.463	2,31

Fonte: Centro de Estudios Nueva Mayoría (2006).

Por outro lado, internamente, a análise comparativa no interior do Executivo revela que o Ministério da Defesa possui excessivo gasto com pessoal e encargos sociais e outros dois órgãos. O Ministério da Fazenda com o segundo montante e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano com o menor recurso. No Judiciário, a Justiça do Trabalho recebe a maior quantia para essa categoria e, finalmente, a Câmara dos Deputados, no Poder Legislativo, também com valor não significativo. Por outro lado, no Brasil, apesar de distantes há pelo menos três décadas de conflitos

Os militares e a defesa da Amazônia. Disponível em: <<http://www.esg.br>>. Acesso em: 03 dez. 2006, às 12:53.

militares envolvendo as FFAA, quando as operações militares de combate a Guerrilha do Araguaia se encerraram, as FFAA e o setor da defesa, em conjunto, são os que menos recebem recursos se se considera o estritamente aplicado no desenvolvimento e manejo das questões ligadas à defesa, a saber, treinamento, operações de rotina, tecnologia, equipamentos etc., devido ao fato de que parte do que é considerado, inclusive pelas autoridades, gastos militares, equivocadamente, incluem a seguridade social que é de responsabilidade do Ministério da Defesa depois da Constituição de 1988, como se visualiza na Tabela 3.

Tabela 3: Despesas com pessoal e encargos sociais/ R\$ mil

Ministério	2000	2001	2002
Total Nacional	51.930.700	59.200.000	68.497.793
Executivo			
Defesa	15.120.654	18.725.111	20.568.009
Fazenda	4.560.983	4.978.552	5.115.645
Secretaria de Des.	1.491	1.893	1.574
Urbano			
Judiciário			
Justiça do Trabalho	3.791.775	4.251.334	4.296.503
Legislativo			
Câmara dos Deputados	983.852	1.168.088	1.407.582

Fonte: BRASIL (2003)

Na Tabela 4, a defesa, isoladamente, arca com três vezes mais do que o segundo órgão da República em numerário para financiar pessoal e encargos sociais. Ao mesmo tempo, investe em reformas de escolas e outros equipamentos sociais relacionados. Vale registrar que nessa rubrica está a constituição dos aparelhos urbanos na fronteira política, o que revela a dificuldade de se saber o que, efetivamente, é gasto militar embora seja com a defesa numa concepção ampla (NASCIMENTO, 2005b, p. 130).

Todavia, quando se comparam os órgãos de governo em relação às despesas do orçamento, como sugere a Tabela 4, visualiza-se facilmente que a defesa, entre os órgãos hierarquicamente situados no cômputo geral, representa 4.0% do orçamento em tela. Perde respectivamente para a Previdência Social e a Saúde. Nessa base constata-se que certamente o peso dos gastos com pessoal e encargos sociais é significativo, o que torna o setor em desvantagem na reivindicação de elevação do teto da dotação orçamentária diante de outras prioridades da sociedade brasileira como no combate à pobreza.

Tabela 4: Orçamento de despesas dos principais ministérios do governo

Órgão/Ministério	2002	%
Total do Orçamento	650.409.519	100
Agricultura e Pecuária e Abastecimento	5.184.948	0.8
Educação	17.421.384	2.6
Previdência e Assistência Social	95.211.730	14.6
Saúde	28.551.445	4.3
Defesa	26.205.556	4.0
Integração Nacional	6.835.045	1.0
Demais	470.999.411	72.4

Fonte: BRASIL (2002)

Com o decréscimo no deslocamento de recursos, os militares foram obrigados a responder com criatividade aos constantes cortes de verbas públicas. No caso do PCN, uma das medidas tomadas, como revela a Tabela 5, diz respeito à flexibilidade na condução orçamentária com a aplicação de uma política articulada com outras esferas de governo, objetivando possibilitar a formação de parcerias com as prefeituras mediante convênios para manter em condições mínimas, o funcionamento institucional das ações, mormente prefeituras da área da Calha Norte.

Tabela 5: Recursos aplicados mediante parcerias com prefeituras

Ano	Recursos = R\$
2000	3.100.000,00
2001	3.090.000,00
2002	2.490.000,00
2003	2.421.491,00
Total	11.101.491,00

Fonte: Brasil (2003)

Esses convênios possibilitaram a reforma e a construção bem como o reaparelhamento de inúmeros equipamentos urbanos nos municípios da Calha, principalmente no estado do Amazonas. O PCN é viável ainda perante a Era da Informação? Qual a possibilidade e como tem reagido, diante das redes de narcotraficantes, agentes privados e estatais corruptos, biopiratas e redes internacionais de terrorismo? Certamente não será aqui que ensaio as respostas. Contudo, sustento que o Estado pode e deve responder com eficácia esse problema, uma vez que se trata da *maior organização política que se tem notícia na história*, apesar de sofrer os percalços da crise que se arrasta desde as últimas décadas do último milênio. O Estado tem que se armar no sentido de usar do monopólio legítimo da força e de sua estrutura fiscal e financeira para garantir uma rede de mecanismos a fim de contrapor-se ao ataque

dos agentes privados interessados na livre circulação de idéias e produtos alheios à democracia e de seu comércio por intermédio de redes clandestinas, ilegais. Ou seja, o Estado democrático deve estar à altura de suas atribuições para fazer frente às demandas por segurança e defesa, ainda que as formas tradicionais de pensá-lo atadas a maneiras pretéritas de capitalismo (concorrencial e monopolista) estejam suplantadas pelo aparecimento de novas formas inauditas de produção e circulação de bens e serviços.

CONCLUSÃO

Não é possível identificar ameaça imediata à sua soberania. Contudo, certamente há riscos quanto à internacionalização do conflito colombiano. Nada mais errôneo do que imaginar por que o capital é essencialmente transnacional e por que o grande capital domina as grandes empresas instaladas na região, que seja suficiente para afirmar que desse ponto de vista a Amazônia está internacionalizada. Parece-me óbvio que o capital por excelência seja internacional.

Por outro lado, é difícil de acreditar que ONG instaladas e ou desenvolvendo suas atividades na região, ameaçariam a soberania brasileira. Consensualmente, as ONG prestam relevantes serviços na Amazônia em todos os segmentos sociais, inclusive como atores no processo de tomada de decisão em temas complexos e que exigem a participação de amplos segmentos sociais, a exemplo da questão ambiental. Surgiram num momento particular de redefinição dos padrões de relações entre o Estado e o mercado, àquele e o cidadão. Ocuparam um “vazio” deixado pela rearticulação do papel desempenhado pelas instituições estatais. Nesse sentido, ajudam o Estado e a sociedade na prestação desses serviços estratégicos e básicos. Mas, finalmente, devem estar sob o regime das leis nacionais, serem e/ou continuarem transparentes, democráticas e responsivas e que o Estado brasileiro exerça algum tipo de fiscalização mais eficiente sobre aquelas ONG cujas atividades não se enquadram nos supostos legais.

Quanto à questão da contribuição das universidades e dos centros de pesquisas para alavancar um processo contínuo de investigação sobre os diversos problemas existentes na Amazônia, viu-se claramente, que as iniciativas vêm crescendo paulatinamente. Um vertiginoso fortalecimento verificou recentemente com iniciativas no campo da defesa e da segurança com o PRÓ-DEFESA.

Finalmente, as “novas ameaças” suscitam a intervenção das FFAA e da Polícia Federal no combate aos ilícitos que ameaçam a segurança da sociedade. Todavia, quanto aos temas concernentes à defesa devem seguir o que preceitua a Constituição do país. As prerrogativas contidas na Carta devem ser respeitadas. As FFAA não estão preparadas para intervir densamente na repressão a conflitos dessa natureza de forma extensiva, porém, devem patrocinar ações preventivas na fronteira política e outras territorialidades assim que estiverem ameaçadas as garantias individuais e coletivas dos cidadãos brasileiros e, implicitamente, seus pressupostos político-institucionais, motivadas pelo aumento e intensificação das “novas ameaças”.

Referências

- ACORDO SUDAM/PNUD. **Cenários para a Amazônia Legal – 2000/2010**. Belém, 2001. 200 p.
- ALSINA JR., J. P. **Política externa e política de defesa no Brasil: síntese imperfeita**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006. 195 p.
- ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Editora Universidade Nacional de Brasília, 1979. Caps. I, II e VI.
- AVELINO, R. P. Gerente do Programa Calha Norte. Entrevista concedida ao autor e a Aurilene dos Santos Ferreira, em Brasília, 04.12.2006.
- BECKER, B. K. Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. **Revista Território**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 29-42, jan./jun. 1999.
- _____. Limitações ao exercício da soberania na região Amazônica. In: **Ciclo de Estudos Sobre a Amazônia**. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2004, p. 137-219. 280 p.
- _____. Os significados da defesa da Amazônia: projeto geopolítico ou fronteira tecno (eco)lógica para o século XXI? In: OLIVEIRA FILHO, J. P. (org.), **Antropologia & Indigenismo: militares, índios e fronteiras**, n. 1, nov.,1990.
- _____. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n. 12, p. 135-159, set. 2001.
- _____. Geopolítica da Amazônia. **Estud. av.**, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 nov. 2006.
- BENCHIMOL, S. A Amazônia e o terceiro milênio. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n. 09, p. 22-33, out. 2000.
- BOBBIO, N. **O problema da guerra e as vias da paz**. São Paulo: Unesp, 2003. p. 49-135.
- BRASIL. Governo Federal. Ministério da Defesa/SPEAI/DPE, 2003. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br>> Acesso em: 25 nov. 2006.
- _____. Governo Federal. Ministério do Planejamento. **Orçamento do ano de 2002**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>> Acesso em: 02 dez. 2006.
- _____. Congresso Nacional. **Lei n. 10.524**, de 25/07/2002, inciso IV, do Anexo das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2003.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Instituições, Bom Estado, e Reforma da Gestão Pública. In: BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (orgs.). **Economia do Setor Público no Brasil**. São Paulo: Campus Elsevier, 2004, p. 3-15.
- CAMBESES JUNIOR, M. **Os militares e a defesa da Amazônia**. Disponível em: <http://www.esg.br>. Acesso em: 03 dez. 2006, às 12:53.
- CARDOSO, A. A Amazônia é prioridade de defesa. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 1, n. 2, dez.1996. Disponível em: <<http://www.mtc.gov.br/revista>> Acesso em: 23 jan. 2006.

- CASTRO, C. (Org.) **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 169 p.
- CENTRO DE ESTÚDIOS NUEVA MAYORIA. Disponível em: <<http://www.nuevamayria.com>>. Buenos Aires. Acesso em: 10 dez 2006.
- CICLO DE ESTUDOS SOBRE A AMAZÔNIA. Apresentação. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2004. 280 p.
- FIALHO, I. A questão da segurança nacional reconsiderada. **A Defesa Nacional**, 1º quadrimestre de 2004. p. 8-17.
- FONTES FILHO, J. R. Governança organizacional aplicado ao setor público. **VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma Del Estado y de la Administración Pública**, Panamá, 28-31 Oct. 2003. 16 p.
- GRÜN, R. Atores e ações na construção da governança corporativa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 52, p. 139-161, jun. 2003.
- HOBBS, T. **De cive**: elementos filosóficos a respeito do cidadão. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 49-67.
- HUNTINGTON, S. P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1997.
- KLAUSEWITZ, C. V. **Da guerra**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1979. Cap. I.
- LIDER, J. **Da natureza da guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987. 370 p.
- LOURENÇÃO, H. J. **A defesa nacional e a defesa da Amazônia**: o sistema de vigilância da Amazônia (SIVAM). 233 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/bc/pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2003.
- LULA CRITICA países que gastam com proteção de fronteiras. **Revista Época**, nº 410, 23/03/2006. Brasil.
- MAQUIAVEL, N. **Escritos políticos**: a arte da guerra. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004. p. 101-134.
- MARTINS FILHO, J. R. As Forças Armadas brasileiras e o Plano Colômbia. In: CASTRO, C. (Org.) **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 13-29.
- MARQUES, A. A. Presença militar na Amazônia: a visão do Poder Legislativo. In: CASTRO, C. (Org.) **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 69-96. 169 p.
- MEAD, W. R. **Poder, terror, paz e guerra**: os Estados Unidos e mundo contemporâneo sob ameaça. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. 247 p.
- NASCIMENTO, D. M. **Projeto Calha Norte**: política de defesa nacional e segurança hemisférica na governança contemporânea. 355 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005a.
- _____. Governança e financiamento do Projeto Calha Norte. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 1, p. 115-140, NAEA/UFPA, 2005b.
- _____. Projeto Calha Norte: a Amazônia segundo a política de defesa nacional. In: CASTRO, C. (Org.) **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 97-117.

OBSERVATÓRIO DE ESTUDOS DE DEFESA DA AMAZÔNIA. Belém, 2006. 18 p. Não publicado.

PAIVA, L. E. Amazônia: vulnerabilidade, cobiça e ameaça. **PADECEME**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 57-64, 2º quadrimestre de 2006.

PIERIK, R. **Globalization and global governance**: a conceptual analysis. Hague Joint Conference, 2003.

ROSENAU, J. N. Governança, ordem e transformação na política mundial. In: ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, E-O. **Governança sem governo**: ordem e transformação na política mundial. Brasília: Editora UNB e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 11-46.

RUEDIGER, M. A. Governo eletrônico ou governança eletrônica: conceitos alternativos no uso das tecnologias da informação para o provimento de acesso cívico aos mecanismos de governo e a Reforma do Estado. **XVI Concurso de ensayos y monografias del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Gobierno Electrónico. Caracas, 2002. 30 p.

SILVA, A. L. **A Amazônia na governança global**: o caso do PPG-7. 208 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2003.

SUN-TZU II. **A Arte da Guerra**. 3. ed. São Paulo-Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 18-58.

VARGAS, G. M. Cultivos ilícitos na Colômbia e Geopolítica Hemisférica. In: **Ciclo de Estudos Sobre a Amazônia**. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2004, p-35-59. 280 p.

VIZENTINI, P. F. **Relações internacionais do Brasil**: de Vargas a Lula. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. 117 p.

WORLD BANK. **Governance and development**. Washington, abr. 1992.